

Votação de mudança na meta fiscal é adiada

Governo sofre derrota em projeto que já havia sido aprovado e voltou para Comissão

João Domingos / BRASÍLIA

Desta vez não foram as já tradicionais revoltas de partidos da base aliada com o Palácio do Planalto as causas da derrota do governo na Comissão Mista do Orçamento. O revés na votação da proposta que flexibiliza a meta de superávit primário se deu por desarticulação dos governistas e por desconhecimento, por parte do presidente da comissão, Devanir Ribeiro (PT-SP), do regimento interno para a votação.

A base aliada precisava de 18 votos para conseguir pular prazos e votar o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) ontem mesmo. Mas Devanir não sabia dessa exigência regimental. Ele pensava que a vitória poderia ser conseguida no momento em que o governo ob-

tivesse um voto a mais do que a oposição fazendo a conta entre os presentes à sessão.

Desse modo, encerrou a votação quando o governo tinha apenas 15 votos, contra sete da oposição. Alguns deputados que integram a Comissão do Orçamento, como Sandro Mabel (PMDB-GO), ainda corriam para a sala de votação quando Devanir anunciou o encerramento do processo.

Ele ainda tentou declarar o governo vencedor. Mas o líder do DEM, Mendonça Filho (PE), leu o regimento interno para esse tipo de votação – a exigência de aprovação de metade mais um do total de integrantes da comissão, e não a maioria dos presentes – e fez com que os governistas reconhecessem que tinham sido derrotados.

No momento em que Men-



Regimento. Relatório de Jucá (E) deixou de ser votado após um descuido de Ribeiro (D)

PARA ENTENDER

Na prática, meta fiscal é abolida

Com um cenário econômico adverso, o governo não conseguirá cumprir este ano a meta fiscal estabelecida no Orçamento. Mas, para evitar um descumprimento dos parâmetros, enviou ao Congresso um projeto de lei modificando o cálculo do superávit primário. Calculado pelas recei-

tas menos as despesas do governo, antes do pagamento de juros, o superávit primário serve para bancar parte dos gastos com o serviço da dívida pública. Por ser um compromisso definido pelo próprio governo no Orçamento, é visto pelo mercado como um termômetro da seriedade com as contas públicas.

Pelo projeto enviado ao Congresso, o governo fica autorizado a contabilizar como superá-

vit primário os recursos que deixou de receber com cortes de impostos, a chamada renúncia fiscal, e, ao mesmo tempo, as despesas com investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento. A dificuldade, agora, é fazer com que o projeto seja aprovado pelo Congresso, o que modifica o Orçamento e evita eventuais questionamentos judiciais com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

dem, Devanir ficou em silêncio, pois havia sido pego no contrapé da interpretação regimental. Restou a ele, um pouco depois, retomar a palavra a dizer a Mendonça, que se declarava vence-

dor: "O presidente sou eu. Deixa que eu anuncio o resultado."

Sequência. A sessão de ontem da Comissão de Orçamento registrou a segunda derrota do go-

verno nesta semana na tentativa de votar o projeto que muda a meta fiscal. Na terça-feira o Planalto fez valer a maioria e atrapalhou a oposição. Esta recorreu ao presidente do Senado, Re-

nan Calheiros (PMDB-AL), alegando que tinha havido quebra do rito regimental, sem leitura da ata da sessão anterior e sem quórum para o início dos trabalhos. Calheiros acatou os argumentos da oposição e mandou que fosse feita nova votação.

"De fato, nós cochilamos. Havia muitos deputados da base espalhados e a rapidez com que os trabalhos foram encerrados tirou deles a condição de chegar a tempo de votar", disse o líder do PT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (SP). "Tivemos várias reuniões pela manhã, conseguimos contornar todos os problemas. Depois, fomos ao ministro Ricardo Berzoini (Relações Institucionais) levar os termos do acordo. Mas aí, na hora da votação, a gente dormiu no ponto", lamentou Vicentinho.

Os oposicionistas comemoram a vitória, que retardou a votação da proposta para a semana que vem. "A oposição cumpriu rigorosamente o acordo para retomarmos a votação hoje na Comissão de Orçamento. Mas não podemos ir para uma sessão da comissão para tomar conta do governo. O governo cochilou vergonhosamente. Isso é básico do regimento. Precisaria de maioria absoluta dos membros da Câmara e do Senado para incluir a matéria. Não vamos fazer o dever de casa da oposição e do governo ao mesmo tempo", ironizou o líder do DEM.



NA WEB
Blog. Entenda o superávit e a mudança proposta

estadao.com.br/e/politicafiscal